



CENTRO UNIVERSITARIO FAMETRO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VLADIA MARIA HONORIO SOUSA

**REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA VIDA DOS FILHOS: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA**

FORTALEZA

2021

VLADIA MARIA HONORIO SOUSA

REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA VIDA DOS FILHOS: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA

Pesquisa apresentada a banca examinadora do Centro Universitário Fametro, como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Bacharel em Psicologia sob a orientação da prof.^a Dra. Sara Guerra Carvalho de Almeida.

FORTALEZA

2021

VLADIA MARIA HONORIO SOUSA

REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA VIDA DOS FILHOS: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA

Este trabalho apresentado no dia 17 de junho de 2021 como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Psicologia do Centro Universitário Fametro UNIFAMETRO – tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Sara Guerra Carvalho de Almeida
Orientadora- Centro Universitário Fametro- UNIFAMETRO

Prof.^a Dra. Maria Zelfa Feitosa
Membro - Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO

Prof.^a. M.^a Ticiania Siqueira Ferreira
Membro - Centro Universitário Fametro– UNIFAMETRO

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu alicerce durante toda a minha jornada. Ao meu pai, Albany, por criar condições para que eu pudesse caminhar sozinha, e à minha mãe, Olania, por me dar forças e sempre acreditar na minha capacidade. Ao meu filho, Pedro, pela paciência durante minha falta, por despertar o melhor de mim e me fazer sonhar cada vez mais alto. Ao meu companheiro, Lucas, pelo apoio, por ser meu refúgio e motivação nos momentos difíceis. À minha tia, Aldener, pela disponibilidade e apoio constante. À minha querida orientadora, Dra. Sara Guerra Carvalho de Almeida, que foi e sempre será uma fonte de inspiração na minha vida profissional, pelo apoio prestado, pela participação, pela partilha de conhecimentos, pelo acompanhamento no meu processo de aprendizagem. Agradeço pelo entusiasmo com que me dirigia palavras de admiração e pela disponibilidade ao me aconselhar, corrigir e guiar. Às caríssimas professoras, Ticiane Siqueira e Zelfa Feitosa que me concederam a honra de compor a banca examinadora do meu trabalho. Aos meus queridos amigos pela partilha de conhecimentos, desabafos e dúvidas, por me acompanharem nessa jornada e por me proporcionarem bons momentos para recordar.

RESUMO

Ambientes domésticos permeados de violência conjugal tendem a ocasionar sofrimento a todos os membros do sistema familiar, repercutindo sobremaneira, a curto e a longo prazo, na vida dos indivíduos, em especial, dos filhos. Este trabalho de conclusão de curso realizou uma revisão de literatura científica, objetivando analisar as repercussões da violência conjugal na vida dos filhos. Tendo como objetivos específicos discutir sobre os aspectos da intergeracionalidade da violência conjugal, explicar os subsistemas familiares e as características de risco na relação pais-filhos e identificar as práticas educativas intrafamiliares. Para tanto, a pesquisa foi realizada na base de dados Scientific Electronic Library Online – Scielo, com um recorte histórico de 2015 a 2020. Sobre o procedimento metodológico, o estudo se caracteriza como qualitativo e exploratório, do tipo revisão integrativa de literatura. Com a pesquisa, foi possível observar que algumas crianças que presenciam a violência entre seus progenitores tendem a perpetrar a violência em seus relacionamentos conjugais futuros. Assim, a violência é percebida como um fator intergeracional, que está inserida na relação familiar passada de geração em geração. Observa-se a interligação entre os subsistemas conjugal e parental, transferindo as complicações da conjugalidade para a parentalidade, afetando a relação pai-filho e causando danos ao desenvolvimento da criança. Incluindo também o uso da violência como prática educativa, advindas de pais cujos relacionamentos estão envoltos na cultura da agressão.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar. Parentalidade. Conjugalidade. Práticas educativas. Intergeracionalidade.

ABSTRACT

Domestic environments permeated with conjugal violence tend to cause suffering to all members of the family system, affecting, in the short and long term, the lives of individuals, in particular, of children. This course conclusion work carried out a review of the scientific literature, aiming to analyze the repercussions of conjugal violence in the children's lives. Its specific objectives are to discuss aspects of intergenerational conjugal violence, explain family subsystems and risk characteristics in the parent-child relationship, and identify intrafamily educational practices. Therefore, the research was conducted in the Scientific Electronic Library Online – Scielo database, with a historical cut from 2015 to 2020. Regarding the methodological procedure, the study is characterized as qualitative and exploratory, of the integrative literature review type. With the research, it was possible to observe that some children who witness violence between their parents tend to perpetrate violence in their future marital relationships. Thus, violence is perceived as an intergenerational factor, which is inserted in the family relationship passed from generation to generation. Observe the interconnection between the marital and parental subsystems, transferring the complications of conjugality to parenthood, affecting the parent-child relationship and causing damage to the child's development. Also including the use of violence as an educational practice, arising from parents whose relationships are involved in the culture of aggression.

Keywords: Intra-family violence. Parenting. Conjugality. Educational practices. Intergenerationality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	12
2.1 Abordagem da pesquisa	12
2.2 Tipo de pesquisa	12
2.3 Estratégia da pesquisa	12
2.4 Coleta de dados	13
2.5 Categorização dos estudos	14
2.6 Análise dos dados	17
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
3.1 Aspectos da intergeracionalidade da violência conjugal	18
3.2 Subsistemas familiares e as características de risco na relação pais-filhos	21
3.3 Práticas educativas intrafamiliares	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

A família é o primeiro espaço psicossocial. Um ambiente estruturante, no qual o indivíduo desenvolve sua personalidade e também constrói o modelo de relações a serem estabelecidas com o mundo. Compreende-se que é um sistema interativo formado por subsistemas. Dessa forma, a família é um agrupamento dinâmico em constante transformação. Por ser um sistema aberto, é formado por unidades do grupo familiar que se interconectam com outras estruturas sociais e permitem a realização das funções exercidas por seus membros (DIAS, 2011).

Os subsistemas são formados por regras que regulam o relacionamento entre seus integrantes. Assim, o subsistema conjugal é formado por pessoas que desejam construir uma família, ambos realizam suas funções determinadas para desenvolver a dinâmica familiar. Este modelo de funcionamento de casal é resultante do modelo de conjugalidade da família de origem, mas que sofre diversas mudanças no decorrer do processo do sistema familiar (SOUSA, 2006). O subsistema parental surge após a entrada de uma criança no ambiente familiar, nele, de acordo com o crescimento dos filhos, os pais terão que desempenhar diversas funções executivas, designadamente a protecção, educação e integração na cultura familiar para um desenvolvimento saudável da prole (MORÉ; KRENKEL, 2014). Estas funções podem ser realizadas não apenas pelo pais, mas também por outras pessoas, seja do sistema familiar ou não (Sousa, 2006).

A estrutura da família, formada por subsistemas, concebe que o indivíduo abra espaço para formação e desempenho de habilidades interpessoais em vários níveis, ao mesmo tempo se conserve em seu processo de diferenciação (CACCIACARRO; MACEDO, 2018). Esse processo se constrói pelos seus diferentes papéis exercidos no seio intrafamiliar, como o filho, que também é irmão, afilhado, sobrinho e primo; e pelos papéis exercidos nos grupos extrafamiliares, como os de amigos, dos companheiros de atividades, dos colegas de escola, entre outros. Assim, a família é caracterizada pelas relações de afeto e compromisso entre seus membros e tem como propósito prover um ambiente que satisfaça as necessidades de formação integral do indivíduo (MACEDO, 1994).

É importante analisar o comportamento dos membros de maneira individual, na circunstância no qual ele ocorre (fator temporal e contextual), pois o comportamento dos participantes do sistema familiar é pertencente ao comportamento

dos outros participantes. Assim, o ponto de análise passa a ser o sistema como um todo, desta forma, o que atinge um membro, contamina toda a família, seja de forma positiva ou estressora (DIAS, 2011).

Entre alguns fatores estressores familiares, pode-se enumerar as transformações no desenvolvimento dos seus membros (infância, adolescência, namoro, casamento, maternidade, etc.), doenças, desemprego, mudanças de contexto (moradia, comunidade, escolas, etc.) lutos, acidentes e a violência, tema em destaque neste estudo.

Há diferentes tipos de violência, que podem se manifestar de diversas formas, dentre as quais destacamos a física, a sexual, a psicológica e a violência por negligência ou abandono. Todas elas fazem suas vítimas entre homens, mulheres, adolescentes e crianças, idosos, grupos étnicos e LGBTQIA+ (LOURENÇO et al., 2011).

A violência física ocorre quando uma pessoa agride intencionalmente outra pessoa, tendo como finalidade causar dano fazendo o uso de força física como, tapas, socos, empurrões e etc. A violência sexual, que pode ocorrer por estupro, sexo forçado no casamento, abuso e assédio sexual, acontece, quando por meio de força física, uma pessoa é coagida ou intimidada ao ato sexual contra sua vontade. Já a violência psicológica, se caracteriza por toda ação que provoque danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa, consiste em comportamentos, como humilhações, insultos, isolamento, chantagem e outros. Por último, há também a violência por negligência, que se dá especificamente contra a criança, e se caracteriza pelo abandono, falta de cuidados, de atenção e proteção (BRASIL, 2002).

A violência interpessoal que se realiza também no âmbito intrafamiliar, ocorre quando as pessoas demonstram dificuldade de resolver conflitos por meio do diálogo, situação que as leva a se comunicarem de maneira pejorativa (MINAYO, 2009). De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2010), a violência intrafamiliar decorre nas relações hierárquicas e intergeracionais. Deve-se considerar qualquer tipo de relação de abuso praticado no contexto privado da família contra qualquer um dos seus membros. Equivale a maneiras agressivas de a família se relacionar, de resolver problemas e de educar os filhos. Esse tipo de violência se diferencia das demais, pois não se refere apenas ao espaço físico doméstico, mas à relação que existe entre o agressor e a vítima. São especificamente relações de poder e afeto com

o uso de submissão e dominação, entre homem e mulher, pais e filhos, entre outras (BRASIL, 2002).

A violência que ocorre entre homem e mulher unidos pela conjugalidade também pode ser denominada de violência conjugal. Para fins deste estudo, optou-se por abordar a terminologia violência conjugal, não enfocando uma perspectiva unidirecional, mas a presença de agressões mútuas. Configura-se como um evento de grande relevância para a saúde pública, devido aos agravos na saúde física e psicológica, tanto do casal, dos filhos que presenciam a violência no seu cotidiano.

Esse fenômeno ocorre com casais independentes das suas classes sociais, raças, etnias, idades e outros. Segundo Rosa e Falcke (2014) a violência conjugal é um fenômeno sistêmico e relacional, no qual o homem e a mulher ocupam distintos papéis em diversos momentos no relacionamento, seja de vítima ou de opressores. Entretanto, as mulheres se caracterizam como público que mais adocece e morre, pois são agredidas de maneira mais severa e cruel pelos homens (OMS, 2002). No Brasil, aproximadamente cerca de 20% das mulheres revelaram ter sofrido episódios de violência conjugal, de maneira física ou sexual (LAMOGLIA; MINAYO, 2009), que tem como nível máximo o feminicídio.

Segundo Ribeiro e Coutinho (2011), dados do Banco Mundial apresentaram que a violência afeta de 25% a 50% das mulheres e que as maiores porcentagens de agressões são cometidas pelo próprio cônjuge. Esse fator contribui para que a maior parte dos estudos referentes à violência no ambiente familiar seja voltada para a violência de gênero ou contra a mulher.

Apesar da pouca quantidade de pesquisas que abordem o homem como vítima, Zaleski et al. (2010) revela que cerca de 10,7% dos homens já vivenciaram episódios de violência praticados por suas companheiras. Contudo, esses números não são totalmente precisos, pois se entende que o homem pode se sentir humilhado e envergonhado de denunciar a agressão sofrida pela parceira, assim, os casos ficam subnotificados (CEZARIO; LOURENÇO, 2013).

Como já salientado, o surgimento de violência conjugal no relacionamento traz sérios prejuízos para o próprio casal e também para os filhos, afetando o seu desenvolvimento físico e mental. Assim, a ideia de que o ambiente familiar, pelos laços afetivos existentes, cuidaria de seus membros mais vulneráveis, tem se apresentado muito falho.

Portanto, surge a pergunta problema: quais as repercussões da violência conjugal na vida dos filhos? Assim, este estudo objetiva responder a essa pergunta através de uma revisão integrativa de literatura. Tendo como objetivo geral, analisar as repercussões da violência conjugal na vida dos filhos, e objetivos específicos, discutir sobre os aspectos da intergeracionalidade da violência conjugal; explicar os subsistemas familiares e as características de risco na relação pais-filhos e identificar as práticas educativas intrafamiliares.

O interesse pelo estudo nasceu da realização de uma atividade da disciplina de Psicologia Jurídica, no sétimo semestre, do curso de graduação. Na atividade, foi possível compreender a violência doméstica, suas tipologias e consequências, desde então, a atenção foi direcionada a essa temática com o interesse de aprofundar os conhecimentos sobre o tema proposto.

Diante do exposto, este estudo é de suma importância tanto para aquele que deseja aprofundar seus conhecimentos sobre as questões da violência conjugal, seus impactos no ambiente familiar e na vida de seus membros, como para os profissionais que atuam nas áreas em que o referido tema está inserido.

2 METODOLOGIA

2.1 Abordagem da pesquisa

A presente pesquisa utilizou uma abordagem do tipo qualitativa, valorizando a subjetividade do indivíduo, pois discute temas que não podem ser quantificados em métodos estatísticos.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos (DALFOVO, 2008, p. 6).

Para Minayo (2009), a pesquisa qualitativa concentra-se nas questões mais singulares, nas crenças, aspirações, atitudes e valores de cada indivíduo, se introduz no universo dos significados das relações e ações humanas.

2.2 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa do tipo básica, que tem como objetivo produzir novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência (PRODANOV; FREITAS, 2013), e exploratória, pois “[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e delineamento” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52).

2.3 Estratégia da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida sob forma da revisão integrativa de literatura. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010) a revisão integrativa de literatura é uma ampla abordagem metodológica que permite incluir estudos experimentais e não experimentais, a fim de compreender por completo o fenômeno estudado.

A revisão integrativa exige o cumprimento de seis etapas definidas: identificação da questão problema, busca de literatura com base nos critérios estabelecidos, categorização dos estudos, avaliação da literatura selecionada, análise e discussão dos resultados e apresentação da síntese do conhecimento (MENDES; SILVEIRA E GALVÃO, 2008).

2.4 Coleta de dados

A busca realizada no banco de dados Scientific Eletronic Library Online-Scielo, ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2021. Os termos de busca utilizados foram “conjugalidade”, “conflito conjugal”, “violência conjugal”. “relação conjugal”, “violência conjugal”, “infância” e “criança” foram combinados com o operador booleano AND.

Como critérios de inclusão, destacam-se artigos científicos publicados no idioma português, inglês e espanhol, no período de 2015 a 2020, com a finalidade de obter estudos atualizados sobre a temática abordada. Foram elencados apenas artigos científicos que tratassem das seguintes questões: casais que residem na mesma casa; conflito e violência conjugal; criança que foi ou é vítima direta no que se refere à violência psicológica ou indireta no que se refere à violência conjugal.

Com o termo “conjugalidade” foram encontrados 50 artigos, dos quais 3 foram utilizados e 47 excluídos. Com “conflito conjugal”, 24 artigos, sendo 2 incluídos e 22 excluídos. De “violência conjugal” foram selecionados 67, dentre eles, foram incluídos 3 e excluídos 64. No que se refere aos termos combinados “violência parental e criança”, foram encontrados 11 artigos, 1 incluído e 10 excluídos. Com a combinação “relação conjugal e criança”, foram encontrados 11, dentre eles, 1 incluído e 10 excluídos. Com a combinação “violência conjugal e infância” 8 artigos foram identificados, 2 incluídos e 6 excluídos.

Foram localizadas 171 publicações. Essas produções correspondem à somatória de todas as buscas realizadas com os termos de busca utilizados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Após a leitura dos resumos, foram selecionados para leitura na íntegra 12 artigos para análise da pesquisa integrativa, e excluídos juntamente com a categoria “repetidos”, 159 artigos.

Tabela 1-Apresentação dos dados

DESCRITORES	ENCONTRADOS	INCLUÍDOS	EXCLUÍDOS	REPETIDOS
Conjugalidade	50	3	46	1
Conflito conjugal	24	2	19	3
Violência conjugal	67	3	56	8

Violência parental AND criança	11	1	6	4
Relação conjugal AND criança	11	1	7	3
Violência conjugal AND infância	8	2	6	0
TOTAL	171	12	140	19

Fonte: autor da pesquisa

Foram excluídos livros, teses, dissertações, cartas, resenhas, notícias, resumos, anais de congresso, artigos não publicados, trabalhos publicados antes de 2015, artigos não escritos em português, inglês e espanhol, e artigos repetidos ou que não abordassem a temática desta pesquisa.

2.5 Categorização dos estudos

Quadro 1- Tabela de periódicos

Título	Autores	Objetivo	Ano
Filhos com sintomas psicológicos clínicos: papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade	Mosmann; Costa; Silva e Luz.	Investigar em crianças e adolescentes com e sem sintomas psicológicos clínicos, qual o papel discriminante das variáveis da relação conjugal, parental e coparental de seus pais.	2018
Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes	Mosmann; Costa; Silva; Koch.	Avaliar as associações da conjugalidade, parentalidade e coparentalidade com sintomas internalizantes e externalizantes dos filhos.	2017

Abuso intrafamiliar na infância de homens em processo criminal por violência conjugal	Lírio; Gomes; Paixão; Pereira; Magalhães; Cruz; Sousa.	Desvelar o abuso intrafamiliar vivenciado na infância de homens em processo criminal por violência conjugal	2018
Violências intrafamiliares experienciadas na infância em homens autores de violência conjugal	Brasco; de Antoni.	Conhecer como se constituíram as vivências na família de origem de homens envolvidos em relações conjugais violentas.	2020
Violência por parceiro íntimo e prática educativa materna	Silva; Lima; Ludermir.	Analisar a associação entre a violência pelo parceiro íntimo contra a mulher e a prática educativa materna direcionada às crianças no início da escolaridade formal	2017
Problemas emocionais e comportamentais nas crianças: associação entre funcionamento familiar, coparentalidade e relação conjugal	Souza; Crepaldi.	Descrever o funcionamento familiar, a relação conjugal e a coparentalidade em famílias; identificar as associações entre essas variáveis com problemas emocionais e comportamentais em crianças de 5 a 11 anos.	2018
Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal	Paixão; Gomes; Diniz; Lira; Carvalho; Silva.	Analisar a relação familiar, na infância e adolescência, de mulheres que vivenciam violência conjugal	2015

Repercussões da conjugalidade em sintomas internalizantes e esternalizantes em filhos adolescentes	Vian; Mosmann; Falcke.	Investigar a percepção de adolescentes sobre o relacionamento conjugal de seus cuidadores e quais dimensões da conjugalidade repercutem em sintomas internalizantes e externalizantes dos mesmos.	2018
Variáveis pessoais e contextuais preditoras de perpetração de violência no namoro na adolescência	Borges; Heine; DalboscoDe Il'Aglio	Investigar a presença de variáveis pessoais e contextuais associadas à perpetração de violência no namoro na adolescência.	2020
Práticas parentais: Conjugalidade, Depressão Materna, Comportamento das Crianças e Variáveis Demográficas	Bolsoni-Silva; Loureiro	Comparar as práticas parentais relatadas pelas mães de crianças pré-escolares e escolares considerando variáveis: demográficas, praticas educativas, relacionamento conjugal, depressão materna, problemas de comportamento e habilidades sociais.	2019
Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças: características e estratégias de resolução	Bolze; Böing; Schmidt; Crepaldi.	Compreender as características e as estratégias de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças	2017
Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias sul-brasileiras	Bolze; Schmidi; Bossardi; Gomes; Vieira; Crepaldi.	Investigar a relação entre táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais, reportadas por mães e pais, em famílias com crianças de 4 a 6 anos	2019

Dos doze artigos selecionados, sete ressaltam a violência intergeracional e a percepção sobre a continuidade desse fenômeno no sistema familiar, que passa de uma geração a outra. Sete artigos tratam dos subsistemas conjugais e parentais e as implicações da interligação desses subsistemas na relação do pai com seu filho.

Seis artigos abordam sobre as práticas educativas de pais cujos relacionamentos conjugais são permeados pela violência. Dos estudos analisados, apenas um foi realizado no ano de 2015, nenhum no ano de 2016, três no ano de 2017, quatro em 2018, dois em 2019 e dois do ano de 2020. Todas as pesquisas são empíricas e utilizaram de métodos quantitativos e qualitativos.

2.6 Análise dos dados

O estudo utiliza da análise de conteúdo, esta análise permite ao autor, a partir de uma leitura, descrever de maneira sistemática o conteúdo abordado com o objetivo de atingir compreensão em um nível que vai além de uma leitura comum, mas categorizando e comparando com outras informações (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos examinados, foram ordenadas três subseções que mais se destacaram dentro da temática abordada. O primeiro capítulo evidenciado nesta pesquisa se refere aos aspectos da intergeracionalidade da violência conjugal. O segundo capítulo explana os subsistemas familiares e as características de risco na relação pai-filho e no terceiro capítulo serão abordadas as práticas educativas intrafamiliares.

3.1 Aspectos da intergeracionalidade da violência conjugal

A intergeracionalidade é entendida por aquilo que é transmitido de uma geração a outra e que faz com que modelos relacionais se perpetuem ao longo das sucessões (MORÉ; KRENKEL, 2014). Assim, por estar relacionada à família, que representa um espaço importante para a sociedade, a intergeracionalidade carrega um conceito amplo, pois trata de aspectos referentes aos determinantes que se associam à cultura, à etnia, à raça e ao gênero, bem como a alguns fatores da própria sociedade que advêm de apropriações econômicas, políticas, sociais e culturais, que influenciam no contato geracional (POLTRONIERI et al., 2015).

As gerações passam historicamente por diversas mudanças. São construídas, desconstruídas e reconstruídas, de forma que as conexões que emergem entre elas são frequentemente refeitas, e, de acordo com a forma como essas relações geracionais são definidas, determinam-se novos comportamentos intergeracionais (POLTRONIERI et al., 2015).

Nesse sentido, o comportamento violento não pode ser explicado como uma ação isolada, mas como consequência de uma multiplicidade de fatores, dentre eles, as vivências e os modelos aprendidos pelo indivíduo que, independentemente de serem positivos ou negativos, tendem a se repetir em outras relações (RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014).

Sobre a importância do que as gerações vão passando para as outras, Rosa (2001) destaca a questão de que não se deve atentar apenas para o que é dito das gerações passadas, mas também aquilo que é não dito, pois é algo que igualmente influencia no processo de identificação e construção de valores e ideais passando como uma mensagem subliminar de extrema relevância.

No início da etapa da união do casal, ambos trazem consigo questões da sua família de origem. Neste momento, é necessário avaliar crenças, valores e

padrões que não são satisfatórios, para que não se repitam em sua nova família, diferenciando da família de origem (MORÉ; KRENKEL, 2014). A família de origem é uma peça relevante na transmissão de comportamentos violentos, pois revelam que o ambiente familiar oferece aspectos que podem ser preditores da ocorrência da violência intergeracional em seus relacionamentos futuros.

Portanto, como não foram ensinados modelos positivos de relações familiares, homens e mulheres tendem a espelhar a história de violência que aprenderam na infância ou na adolescência (GOMES et al., 2007). Vale ressaltar que a intergeracionalidade pode tornar a violência algo natural e cabível para as vítimas, o que impacta na qualidade de vida de todos os envolvidos no episódio (PEREIRA, 2017).

Paixão et. al., (2015) publicaram um estudo realizado com mulheres que vivenciam violência conjugal, que demonstrou que estas, quando crianças, foram expostas a altos níveis de violência entre os pais, tendo suas mães sofrido agressão física, psicológica, moral e patrimonial. Na fase adulta, elas reproduziram a violência com seus cônjuges.

O estudo dos autores aborda quatro temáticas relacionadas à exposição das entrevistadas à violência conjugal, sendo elas: presenciaram a violência entre os pais, sofreram as repercussões da violência entre os pais, indignaram-se com a submissão da mãe ao companheiro, e por fim, reproduziram a violência conjugal. O discurso das mulheres revela que, na infância, durante os episódios de violência, surgia o sentimento de raiva e revolta por não compreender a submissão da mãe ao seu parceiro. Também foi possível analisar, a partir das falas das entrevistadas, que elas percebem estar experienciando uma relação desrespeitosa, assim como seus pais (PAIXÃO et al., 2015).

A pesquisa de Lírio et al. (2018), a qual tem o objetivo analisar as consequências do abuso intrafamiliar na infância de homens que estão em processo criminal por violência conjugal, revela que a maior parte dos entrevistados vivenciaram, quando crianças, a exposição à violência conjugal entre seus progenitores e que estes indivíduos percebem-se reproduzindo em sua relação conjugal os mesmos comportamentos paternos.

Vieira, Perdona e Santos (2011) destacam que a probabilidade de sofrer violência aumenta em 92% quando a mãe da mulher agredida também passou por episódios de violência pelo seu parceiro e sobe para 96% as chances de que a mãe

do parceiro também tenha sofrido agressões pelo seu cônjuge (pai/padrasto). Da mesma forma, Borges, Heine e Dell' Aglio (2020) destacam a intergeracionalidade da violência com enfoque no namoro durante a adolescência. Os resultados apontaram para um aumento da probabilidade do adolescente ser perpetrador de algum tipo de violência no namoro quando este foi exposto à violência conjugal na infância.

Além disso, o estudo também evidenciou uma diferença entre a prática da violência entre o sexo feminino e masculino, de forma que adolescentes do sexo masculino têm maior prevalência de praticar a violência sexual, enquanto adolescentes do sexo feminino perpetuam os tipos de violência psicológica ou verbal.

Assim sendo, os estudos trazem a constatação do grau de influência dos pais na transmissão de comportamentos para os filhos e da intergeracionalidade da violência nos relacionamentos conjugais futuros, uma vez que estão presentes em uma crucial etapa de desenvolvimento humano que é a infância, fase em que são aprendidos comportamentos básicos e que farão parte do indivíduo por toda sua existência (PEREIRA, 2017).

Desta forma, a criança observa como seus progenitores ou demais familiares administram as situações e como essas escolhas comportamentais resultam em determinadas consequências (SCANTAMBURLO; MORÉ; CREPALDI, 2012). Esse processo de aprendizagem não abrange apenas os comportamentos, mas também o aprendizado de valores e crenças, que juntos permitem uma continuação da identidade de uma família, formando um legado (PEREIRA, 2017).

Conforme Paixão et al. (2015) expõem em sua pesquisa, uma das ideias centrais trata-se de que, quando crianças, as mulheres que estavam presenciando a violência conjugal sentiam raiva ao ver a submissão da mãe ao parceiro e que hoje estão passando pela mesma situação que a sua mãe. Isso surge como uma certificação da dificuldade de interromper o legado da família.

Os indivíduos que experienciam as violências conjugais entre seus pais tendem a internalizar a desigualdade de gênero, o que leva a repetição de comportamentos violentos, visto que é o aprendido no ambiente familiar (PAIXÃO et al., 2015). A categoria de gênero é se torna importante para a compreensão das relações violentas no contexto familiar, pois permite entender os papéis pré-determinados para homens e mulheres na sociedade (GOMES et al., 2007).

Complementando essa perspectiva, Brasco e Antoni (2020) apontam em seu trabalho desenvolvido com homens em processo judicial por violência conjugal

que todos os entrevistados tinham o pai como referência de figura masculina, entretanto o progenitor era ausente e raramente se envolvia em atividades com os filhos, e quando ocorria tal ação o momento era marcado por hostilidade e exposição de padrões de comportamentos agressivos e rígidos.

Apesar dos papéis de homem e mulher impostos pela sociedade terem ao longo dos anos sido questionados, ainda é muito presente o homem/pai ser visto como o principal responsável por tarefas como proteger e abastar materialmente a família, trazendo, assim, uma perspectiva do homem à ideia tradicional (BRASCO; ANTONI, 2020). Desta forma, a família contemporânea ainda se utiliza de modelos que mantêm a reprodução de desigualdades entre os papéis exercidos pelo homem e pela mulher (PEREIRA, 2017)

É importante salientar que não se deve ter um olhar de causalidade da intergeracionalidade da violência, pois independente da grande dificuldade de quebrar o legado de gerações passadas, nem todas as crianças que presenciam a violência intergeracional serão perpetradores no futuro (MORÉ; KRENKEL, 2014).

3.2 Subsistemas familiares e as características de risco na relação pais-filhos

Sobre as reverberações da violência conjugal na vida dos filhos, pôde-se observar que parte dos estudos também abordou o efeito spillover, de forma que a tensão das interações conflitivas no relacionamento do casal transborda, atingindo a maneira como os pais lidam com seus filhos em situações de conflitos ou de desacordos (BOLZE et al., 2019). Isso ocorre porque a interação definida entre pais e filhos é influenciada por diversos fatores que atuam reciprocamente (SILVA; LOUREIRO, 2019).

Assim, as questões conflitivas entre os cônjuges, tendem a extravasar para a relação pai-filho, pois a forma como os pais gerenciarão os problemas com os filhos, é influenciada diretamente por reflexos da relação do casal, que interferem no exercer da parentalidade (MOSMANN et al., 2018).

Dessa forma, se a relação do casal se constitui branda, calma e equilibrada, os pais irão agir do mesmo modo com os filhos. De forma semelhante, se a relação entre os cônjuges é permeada por hostilidade e violência, pais e filhos terão uma relação negativa (BOLZE et al., 2019). Para Hameister; Barbosa; Wagner (2015) os filhos cujos pais vivenciam violência e hostilidade no seu relacionamento conjugal, são os que mais sofrem com os estilos parentais.

As ações parentais se associam a distintas respostas comportamentais da criança e podem produzir variadas funções, sejam positivas ou negativas, no seu desenvolvimento socioemocional (ALVARENGA; WEBER; BOLSONI-SILVA, 2016). Os conflitos passados da conjugalidade para a relação coparental podem prejudicar a relação pai-filho, ocasionando também efeitos negativos à saúde mental do filho (SOUZA; CREPALDI, 2018).

Os cônjuges que empregam estratégias funcionais para solucionar seus problemas e que utilizam maior coparticipação na relação, inclinam-se a tornar seus filhos mais saudáveis em suas relações. O conflito dos cônjuges, quando construtivo, ensina os filhos a enfrentar suas dificuldades de modo apropriado (HAMEISTER; BARBOSA; WAGNER, 2015). Igualmente, quando os casais espelham altos níveis de hostilidades e confrontos, a prole tende a manifestar sintomatologia e sofrimento psíquico (VIAN; MOSMANN; FALCKE, 2018).

Segundo Brigas e Paquette (2000), há uma interdependência na relação entre os pais, e entre pais-filhos, demonstrando que a qualidade da relação conjugal pode prejudicar a criança, de forma que quando há a presença de conflitos na díade conjugal, a mãe tende a apresentar comportamentos frios e distantes em relação à criança, isso poderá afetar o desenvolvimento emocional e a segurança do filho.

O estudo de Bolze et al. (2019), que aborda as táticas de resolução de problemas utilizadas pelos pais com os seus filhos conforme as situações do seu relacionamento conjugal, revelam que quando o casal utiliza de negociação como método de resolução de problema na relação do casal, a negociação também está referida na relação parental. Na presença de agressão psicológica na relação do casal, também surge agressão psicológica com a criança, indicando que as atitudes de um dos cônjuges que visam causar dano ao outro através de provocações e xingamentos, estão associadas a práticas parentais que incluem gritar com a criança, falar alto, ameaçar, entre outras.

Ainda na pesquisa de Bolze et al. (2019), quando há o uso de violência física no relacionamento do casal, os métodos utilizados pelos pais para a resolução de problemas com os filhos evidenciaram que os pais empregam o uso da punição corporal com a criança. Assim, ações como bater, beliscar, sacudir, entre outros, associam-se a comportamentos de pais que utilizaram agressões físicas com a intenção de causar dano ao outro cônjuge. Portanto, o estudo demonstra que os

métodos destrutivos de resolver os problemas conjugais estão associados as formas destrutivas que os progenitores resolvem as questões parentais.

Mosmann et al. (2017) indicam que os filhos que sentem a disparidade e desaprovação na relação de seus pais, têm, como consequência, o surgimento de sintomas de problemas comportamentais e emocionais.

Igualmente Mosmann et al. (2018), apontam que as variáveis que equivalem a cada um dos subsistemas: conjugalidade e parentalidade, estiveram presentes no grupo de crianças com e sem sintomas psicológicos. Dentre as variáveis, a exposição ao conflito coparental e o conflito conjugal estão inseridos no grupo que discriminaram vigorosamente os filhos com sintomas clínicos. É relevante ter um entendimento amplo de todo o sistema familiar e das complexas relações existentes nesse ambiente (MOSMANN et al., 2018).

Segundo o estudo de Borges, Heine, Dell' Aglio (2020), mais da metade dos adolescentes entrevistados apontaram que já haviam presenciado algum conflito entre seus progenitores, 14% dos participantes experienciaram violência física ou ameaças na relação do casal, estes e mais outros participantes também apontaram ter sofrido algum tipo de violência por parte dos pais, como abuso físico e violência psicológica. É considerável frisar que testemunhar uma conjugalidade conturbada também pode levar complicações ao desenvolvimento dos filhos e não apenas as atitudes parentais encaminhadas diretamente a eles (VIAN; MOSMANN; FALCKE, 2018).

Além desses efeitos, as características de risco na relação pais-filhos em um sistema familiar que é permeado por violências conjugais intensas apontam que a criança se torna vítima direta do episódio, pois é provável que ela se envolva na briga dos pais e sofra as consequências.

Paixão et al. (2015) após entrevistarem mulheres em vivências atuais de violência conjugal, apontam que o discurso coletivo evidenciou que, no passado, a agressão sofrida pelas suas mães, também repercutiam sobre elas, enquanto filhas, como se revela no excerto abaixo:

[...] quando eles brigavam acabava sobrando pra mim e meus irmãos. Quando fomos ficando adolescentes e eles brigavam e nós tentávamos nos meter, ele [pai] começou a esculhambar a gente por nomes ofensivos, de vagabunda, ladrão, etc. prendia a gente em casa e não deixava sair. Eu tenho até uma cicatriz, até hoje, por causa de uma briga deles, jogaram o cinzeiro

e bateu em mim [fronte]. Outro dia, me meti em uma briga deles e tomei um murro no rosto (Discurso do sujeito coletivo 2) (PAIXÃO et al., 2015 p. 877).

Nesse caso se configura, além da violência física, a psicológica, pois a criança presencia a violência entre os seus pais (LOURENÇO et al., 2011). Segundo Lírio et al. (2015), a infância de homens perpetradores de violência conjugal, foi permeada por violência física e psicológica, experienciando em sua mais tenra idade, intimidações e cárcere privado.

No estudo de Souza e Crepaldi (2019) foram utilizadas duas questões para avaliar a presença de hostilidade física e hostilidade verbal nas situações de violência conjugal. Observou-se que 34% dos casais experienciaram episódios de violência com hostilidade física que foram presenciados por todas as crianças, enquanto 70% dos casais viveram experiências de hostilidade verbal, presenciadas por 80% das crianças. Pelo que se analisou das falas das mães, mais da metade dessas crianças apresentaram problemas de comportamento.

Assim, somente o fato de a criança ser exposta a situações de violência, mesmo que não seja uma vítima direta, já traz para ela consequências físicas, relacionais e emocionais.

Por fim, os estudos mostram que a prole é suscetível às variáveis da conjugalidade e parentalidade e que as adversidades que emergirem nesses campos está interferindo positiva ou negativamente no desenvolvimento da criança.

3.3 Práticas educativas intrafamiliares

A violência ou o conflito conjugal na presença das crianças podem prejudicá-las de diversas maneiras: diretamente, por fazê-las compreender que a violência é a forma correta de resolver conflitos, e indiretamente, por afetar a relação parental, e as práticas educativas dos pais para com os filhos (COLN et al., 2013). Segundo Gomide (2007), as estratégias utilizadas pelos genitores ou responsáveis que tenham finalidade de educar seus filhos se configuram o estilo parental.

Para o autor, as práticas educativas podem ser divididas entre positivas e negativas, destacando sete práticas educativas, das quais cinco estão vinculadas ao comportamento antisocial, como negligência, disciplina relaxada, punição, abuso físico e monitoria negativa. As ações relacionadas ao comportamento referido configuram-se como práticas educativas negativas. Para mais, as ações vinculadas aos comportamentos pró-sociais se configuram como comportamento moral e monitorias positivas, que se referem ao uso de práticas educativas positivas.

O contexto familiar se torna um espaço que beneficia a ocorrência da violência como prática educativa, pois favorece as relações desiguais de poder (SAKATA et al., 2015). Além disso, preceitos do macrosistema, como ideologias, culturas e crenças presentes em alguns contextos, defendem esse fenômeno como a aceitação e a permissão do abuso físico (CECCONELLO et al., 2003). Muitos pais acreditam que a punição física é uma excelente maneira de educar os filhos e manter sua autoridade.

Entretanto, a criança está aprendendo que o comportamento violento é aceito, além de ser utilizado como forma de resolver os conflitos (INSTITUTO NOOS, 2010). Aproximadamente 72% das pessoas que cometem violência, já sofreram ou presenciaram agressões na infância, no ambiente familiar. O uso de estratégias destrutivas de resolução de conflitos envolve violência física a exemplo de ações, como usos de palmadas e chineladas, no intuito de castigar e também de educar (BOLZE et al., 2017).

De acordo com Peixoto et al. (2015), homens em processo criminal por violência conjugal, experienciaram durante sua infância violência física e psicológica, entretanto esses homens associam a agressividade a uma forma severa de educar, destacando que as atitudes agressivas são utilizadas como métodos educativos.

O mesmo ocorreu na pesquisa de Brasco e Antoni (2020), também com homens autores de violência conjugal, praticamente todos os entrevistados relataram ter sofrido abuso físico na infância. A violência era frequentemente aplicada como uma forma de punição quando eram crianças. Além disso, os participantes demonstraram uma aceitação de tal atitude. A fala de um dos participantes retrata:

[...] é a mãe batia. Claro era moleque né, a mãe batia e não perdoava, dependendo da arte, era o lado da fivela da cinta; muito apanhei, mas não me arrependo; hoje eu sou gente graças às surras que levava dela; não que fosse agressiva porque ela queria ser, é que naquele tempo se dava corretivo nos filhos, podia dar corretivo nos filhos – mariano (BRASCO; ANTONI, 2020).

Como já salientado, a violência física é comumente empregada no ambiente doméstico, tendo como finalidade punir ou disciplinar os filhos quando eles cometem algum erro, neste caso, o abuso físico surge como um método educativo que os responsáveis usam na tentativa de modificar o comportamento do filho (BRASCO; ANTONI, 2020). Entretanto, esses atos não fazem com que a criança

entenda como deve agir, e sim refletem raiva ou falta da capacidade de se controlar do responsável para com a criança, pois a violência envolve domínio e relação de poder (BRASCO; ANTONI, 2020).

Na pesquisa de Silva, Lima e Ludermir (2017), realizada com mulheres/mães que sofreram violência por parceiro íntimo e as práticas educativas que elas utilizavam para educar seus filhos, o resultado apontou que as mulheres sofriam violência psicológica, adotaram o uso da agressão psicológica e agressão física com seus filhos.

Para mais, a probabilidade de crianças, cujas mães informaram ter sofrido violência por parceiro íntimo, sofrerem agressão psicológica é duplicada. Complementando, Segundo Gomide (2005), quando a criança recebe agressões, rejeição de quem deveria protegê-la, sua autoestima fica baixa e suas ideias para o futuro ficam comprometidas.

O estudo de Silva e Loureiro (2019), realizado com mães de crianças escolares, indicou que o grupo de mães que classificaram os cônjuges como agressivos também apresentaram o uso de práticas negativas com seus filhos, como ameaçar, bater, xingar, ficar brava, castigar. Adicionalmente, as mães relataram ter pouco diálogo e não cumprimento de promessas.

Souza e Crepaldi (2019) discutiram em seu trabalho que as práticas educativas negativas como o uso de palmadas, ignorar e gritar com a criança estão correlacionadas a problemas emocionais. As autoras também abordam o relacionamento saudável entre mãe-filho. Para elas, quanto menor uso de práticas negativas e melhor relacionamento entre ambos, menor a probabilidade da prole desenvolver problemas emocionais.

Para complementar esta revisão, foram encontradas práticas educativas parentais positivas, demonstrando o benefício de conviverem um ambiente de relações saudáveis. Silva e Loureiro (2019) em sua pesquisa apontaram que as mães que aplicavam práticas positivas à educação de seus filhos como conversar, fazer perguntas e estabelecer regras, tinham um bom relacionamento com seu cônjuge, caracterizada pela boa escuta, bom diálogo, mudança de comportamentos inadequados e pedidos de desculpas.

Como já salientado por Gomide (2007), o comportamento moral e a monitoria positiva são práticas que se caracterizam por promover comportamentos pró-sociais. Assim, o primeiro consiste na transferência de valores dos pais aos filhos,

como honestidade, sensatez de igualdade, generosidade, altruísmo, e bom senso entre o certo e o errado. O segundo, refere-se às práticas que incluem atenção, demonstração de afeto e carinho (GOMIDE, 2004). Para Mondin (2008), a capacidade dos pais de perceber as necessidades dos filhos para orientá-los e apoiá-los de forma positiva é que promove o desenvolvimento de confiança e vontade de se conectar com outras pessoas de maneira igualmente positiva.

De acordo com Souza e Crepaldi (2018) a boa relação mãe-criança, caracterizada por ações educativas do tipo elogio, expressão de carinho, e escuta as demandas, é considerada um fator de proteção para a formação da criança.

Segundo Bolze et al. (2017), apesar de os pais terem dificuldade em lidar com questões pertinentes no que se refere à criação dos seus filhos, foi percebido que eles se utilizavam mais da disciplina não violenta para resolver assuntos da prole, explicando sobre determinados pontos, retirando privilégios temporariamente, ensinando os filhos a ter empatia e pedindo desculpas. Igualmente, Silva, Lima e Ludermir (2017) apontaram também que as mães fazem o uso de prática educativa não violenta com seus filhos.

Em conclusão, os estudos apresentam uma associação entre a violência sofrida pelos pais e a aplicação da violência como prática educativa, entretanto os estudos também constatarem que alguns pais, especificadamente as mães utilizam de práticas de disciplina não violenta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a revisão de literatura foi possível observar que a violência conjugal repercute na vida dos filhos do casal. Observou-se a existência da intergeracionalidade da violência, visto que nos estudos realizados os indivíduos que presenciam a violência conjugal quando crianças tem uma maior probabilidade de se tornarem perpetradores de agressões contra sua parceira, repetindo padrões educacionais e relacionais.

Salienta-se que não se pode ter um olhar de causa e efeito, pois, nem todas as crianças que vivenciam os episódios se tornam agressores. Para isso, sugere-se aos profissionais, ao atenderem demandas relacionadas às questões familiares, atentem-se para a intergeracionalidade da violência.

Foram encontrados nos estudos fatores de risco na relação pais-filhos e entre o subsistema conjugal e parental. A ocorrência da violência ultrapassa as questões da conjugalidade, afetando a parentalidade, de maneira que a relação fica prejudicada. Assim, a criança acaba se tornando vítima direta da violência, uma vez que esta se insere no meio da discussão dos pais ou sofre violência junto, seja ela física ou psicológica.

Outro fator destacado é a prática da violência como estratégia educativa. Observou-se nos estudos que os cônjuges que sofriam violência por seu parceiro utilizavam violência como táticas de resolução de problemas, tais como agressões físicas e psicológicas com os filhos. Além disso, os participantes concordavam com o uso da violência como forma de educar. Assim, a violência se mantém com o passar do tempo, fazendo parte da relação familiar ao longo das gerações.

Desta forma, acredita-se que os objetivos deste trabalho foram alcançados, dado que foi possível analisar quais as repercussões da violência conjugal na vida dos filhos, assim como discutir sobre os aspectos da intergeracionalidade da violência, explanar os subsistemas familiares e as características de risco na relação pais-filhos e identificar as práticas educativas intrafamiliares.

No que se refere às limitações encontradas é importante salientar a limitação metodológica (revisão de literatura científica) e a dificuldade de encontrar estudos sobre a violência conjugal que demonstrassem os filhos diante das cenas de agressão.

Sugere-se a realização de mais pesquisas, principalmente empíricas, com foco na violência conjugal, comparando a violência entre os gêneros, em relacionamentos homoafetivos, uma vez que pesquisas revelam que homem ou mulher podem exercer os papéis de vítima ou de agressor. Outra sugestão é o enfoque nas múltiplas práticas educativas e de resoluções de conflitos.

É inevitável a existência de desavenças e de atritos na família, porém é necessário que sejam favorecidos espaços conversacionais, saudáveis e apropriados para a resolução dos conflitos com a finalidade de promover o bem-estar de todos os familiares.

Por meio desse estudo foi possível analisar algumas repercussões da violência conjugal na vida dos filhos. Por esse motivo, considera-se relevante aprofundar os conhecimentos acerca do tema, buscando compreender cada vez mais quais os impactos da conjugalidade dos pais no desenvolvimento dos filhos, e, assim, promover conhecimentos, tanto para a ciência, quanto para os programas de intervenção nas questões relacionadas a pais e filhos que estão vivendo em um ambiente de violência.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L.; CRUZ, E.; PEDROSO, J. Sistemas familiares conflituosos e cuidado feminino com crianças acolhidas. **Rev. Polis e Psique**, v. 10, n. 3, p. 114 – 136, 2020.
- ALVARENGA, P.; WEBER, L. N. D.; BOLSONI-SILVA, A. T. Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. **Rev. Bras. De Terap. Comp. e cog.**, v. 8, n. 1, p. 4-21, 2016.
- BOLZE, S. et al. Conflitos Conjugais e Parentais em Famílias com Crianças: Características e Estratégias de Resolução. **Paidéia**, v. 27, n. 1, p. 457-465, 2017.
- BOLZE, S. et. al. Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias sul-brasileiras. **Cienc. Psicol.**, v. 13, n. 1, p. 67-81, mai. 2019
- BORGES, J.; HEINE, J.; DELL'AGLIO, D. Variáveis pessoais e contextuais preditoras de perpetração de violência no namoro na adolescência. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 23, n. 2, p. 438-448, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: orientações para gestores e profissionais de saúde.** Brasília, DF, 2010.
- BRASCO, P.; DE ANTONI, C. Violências Intrafamiliares Experienciadas na Infância em Homens Autores de Violência Conjugal. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1-16, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar. Orientações para a prática em serviço.** Brasília, 2002.
- CACCIACARRO, M. F.; MACEDO, R. M. S. de. A família contemporânea e seus valores: um olhar para a compreensão parental. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 381-401, ago. 2018.
- CARLOMAGNO, M.; ROCHA, L. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016.
- CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 8, n. spe, p. 45-54, 2003.
- CEZARIO, A. C. F.; LOURENÇO, L. M. Violência conjugal contra o homem: uma revisão bibliométrica. **Rev. Inter. de psicol.**, v. 6, n. 1, p. 144-156, Jan-jun, 2013.

COSTA, C. B. da et al. Subsistema coparental: revisão sistemática de estudos empíricos. **Rev. Eletro.**, v. 48, n. 4, p. 339-351, Porto Alegre, 2017.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v.2, n.4, Blumenau, p. 06, 2008.

DE SOUZA, J.; CREPALDI, M. Problemas emocionais e comportamentais nas crianças: associação entre funcionamento familiar, coparentalidade e relação conjugal. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 22, n.1, p. 69-81, 2019.

DIAS, M. Um Olhar Sobre a Família na Perspetiva Sistémica o Processo de Comunicação no Sistema Familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 19, p. 139-156, 2011.

FEINBERG, M. E. The internal structure and ecological contexto fcoparenting: A frame work for research and intervention. **Parenting: Science and Practice.**, v.3, n.2 p. 95- 131, mai. 2003.

GOMES, N. et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paul. Enferm.**, v. 20, n. 4, p. 504-508, abr. 2007

GOMIDE, P. Pais presentes, pais ausentes: regras e limites. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

HAMEISTER, Bianca da Rocha; BARBOSA, Paola Vargas; WAGNER, Adriana. Conjugalidade e parentalidade: uma revisão sistemática do efeito spillover. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 67, n. 2, p. 140-155, 2015.

INSTITUTO NOOS. **Prevenção e atenção à violência intrafamiliar e de gênero: apoio às lideranças comunitárias**. Rio de janeiro, 2010.

KRUG, E. et al. (ed). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. de S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 595-604, 2009.

LÍRIO, J. et al. Abuso intrafamiliar na infância de homens em processo criminal por violência conjugal. **Acta Paul Enferm**, v. 31, n.4, p. 423-439, 2018.

LOURENCO, L. M. *et al.* O impacto do testemunho da violência interparental em crianças: uma breve pesquisa bibliométrica e bibliográfica. **Gerai, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 4, n. 1, p. 104-111, jun. 2011.

MACEDO, R. A Família do Ponto de Vista Psicológico: Lugar Seguro Para Crescer?. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p. 62-68, 1994.

- MENDES, K. D. S; SILVEIRA R.C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Vol.17 no. 4 Florianópolis Out./Dez. 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. p. 21-22. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MINAYO, M. C. Conceitos, teorias e tipologias de violências: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. (Org.). Impactos da violência na saúde. p.21-42. **FIOCRUZ**, Rio de Janeiro, 2009.
- MORÉ, C.; KRENKEL S. **Violência no contexto familiar**. 1. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- MOSMANN, C. et al. Filhos com Sintomas Psicológicos Clínicos: Papel Discriminante da Conjugalidade, Coparentalidade e Parentalidade. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 429-442, 2018.
- MOSMANN, C. et al. Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 34, n.4, p. 487-498, 2017.
- NICHOLAS, M. P.; SCHWATZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. 7. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PAIXÃO, G. et al. Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 23, n. 5, p. 874-879, 2015.
- PEREIRA, P. **Mulheres em Situação de Violência: percepções sobre a perpetuação da violência em suas vidas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- POLTRONIERI, C. et al. Os desafios da construção da intergeracionalidade no tempo do capital. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 18, n. 4, p. 289-309, out-dez, 2015.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ermani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico- 2ª Edição**. Editora Feervale, 2013.
- RAZERA, J.; CENCI, C.; FALCKE, D. Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, jan-jun, 2014.
- RIBEIRO, C. COUTINHO, M. L. L. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. **Rev. Psicologia e Saúde**, v. 3, n. 1, p. 52-59. Jan-Jun, 2011.

ROSA, L.; FALCKE, D. Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2014

ROSA, M. O não-dito familiar e a transmissão da história. **Psychê**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 123-137, jul-dez, 2001.

SAKATA, K. N. et al. Violência doméstica infantil: análises de vídeos a partir das categorias de geração e gênero. **Invest. Qual. em saúde.**, v.1 p. 366-371, jul. 2015.

SAMPAIO, I. T. A.; GOMIDE, P. I. C. Inventário de Estilos Parentais (IEP) Percurso de Padronização e Normatização. **Psicologia Argumento**, Gomide, v. 25, n. 48, p. 15-26, nov. 2017.

SILVA, J.; LIMA, M.; LUDERMIR, A. B. Violência por parceiro íntimo e prática educativa materna. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, 2017.

SILVA, A.; LOUREIRO, S. Práticas Parentais: Conjugalidade, Depressão Materna, Comportamento das Crianças e Variáveis Demográficas. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 24, n. 1, p. 69-83, 2019.

SOUSA, J. As famílias como projectos de vida: o desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade. **Saber e educar**, v. 11, p. 41-47, 2006.

SOUZA, M.; SILVA, M.; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SOUZA, C.; VIZZOTTO, M.; GOMES, M. Relação entre Violência Familiar e Transtorno de Estresse Pós-Traumático. **Psicologia, Saúde & Doenças**, São Paulo, v.19, n.2, p. 222-233, 2018.

VIAN, M.; MOSMANN, C.; FALCKE, D. Repercussões da Conjugalidade em Sintomas Internalizantes e Externalizantes em Filhos Adolescentes. **Psic. Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 34, 2018.

VIEIRA, E.; PERDONA, G.; SANTOS, M. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 730-737, 2011.

ZALESKI, Marcos et al. Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 53-59, fev. 2010.